



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA IP,SA PROCURA ENGANAR OS TRABALHADORES DO QPT PARA SE DESVINCULAREM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA!

O Conselho de Administração da IP,SA, está a utilizar os mais variados expedientes, tentando convencer, pela chantagem, os trabalhadores do Quadro de Pessoal Transitório a se desvincularem do contrato de trabalho em funções públicas e a celebrarem contratos individuais de trabalho.

O Conselho de Administração da IP,SA, procura esconder que há outras soluções para além da desvinculação da Administração Pública que são mais vantajosas para os trabalhadores do QPT e fá-lo com o deliberado objectivo de esvaziar aquele quadro e de acabar com o contrato de trabalho em funções públicas na Empresa, cumprindo assim a tarefa de privatização das relações de trabalho no sector, iniciada há muitos anos, por anteriores governos.

A intenção do Conselho de Administração da IP,SA, de levar os trabalhadores a se desvincularem da Administração Pública, não é de dar mais e melhores direitos àqueles, mas a de se livrarem de quem ainda tem maior segurança de emprego, 35 horas de trabalho semanal e um sub-sistema na doença (ADSE) com mais contrapartidas que o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Se o CA da IP,SA estivesse interessado em salvar o que os trabalhadores do QPT têm por adquirido, então acompanhava a nossa Federação nos esforços que tem feito para que o Governo ou a Assembleia da República aprovesse legislação que permita a aplicação do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), sem necessidade de se desvincularem da Administração Pública.

Ou ainda, a utilização imediata da Cedência de Interesse Público, que permite a aplicação do ACT, sem que os trabalhadores do QPT percam o vínculo, ainda que o mesmo fique suspenso enquanto aquela durar.

A ânsia do CA da IP, SA, em esvaziar o Quadro de Pessoal Transitório é tão grande que chegou ao ponto de se intrometer na opção sindical de cada trabalhador, para forçar a adesão ao novo Acordo Colectivo de Trabalho, convidando os trabalhadores sindicalizados nos Sindicatos não subscritores do ACT (como os da nossa Federação), a se des-sindicalizarem, o que representa uma manifesta violação da liberdade sindical de qualquer trabalhador.

A FNSTFPS, em 27 de Março, naquela que foi a última reunião de negociações do ACT que o Governo e a IP,SA mostraram disponibilidade de realizar com esta estrutura sindical, transmitiu a seguinte posição:

- O ACT não é aplicável aos trabalhadores do QPT, porque o Governo não aprovou dispositivo legal habilitante que permita essa aplicação e nada fez para que tal acontecesse rapidamente. Em nosso entender tem havido uma manifesta falta de vontade política para ultrapassar esta dificuldade da forma mais vantajosa para os trabalhadores do QPT;
- Em resultado da aplicação do ACT, os trabalhadores que presentemente têm períodos de duração de trabalho inferiores às 40 horas, designadamente, 35 horas, como os do QPT, no futuro, ao serem promovidos dentro das novas carreiras previstas no regulamento anexo ao ACT, ou reclassificados, serão obrigados a cumprir 40 horas semanais de trabalho. Com isso, o valor da hora de trabalho será reduzida, resultando daí evidente prejuízo para os trabalhadores. Por isso, abrir-se-á um grave precedente relativamente ao que foi alcançado, nesta legislatura, pelos trabalhadores da Administração Pública.
- Não é aceitável a tentativa de chantagem feita junto das estruturas sindicais para subscreverem o ACT até 31/03, a troco da garantia do pagamento dos retroactivos a 1/01/2019, relativos à remuneração base, com o subsídio de pré-integração incluído, subsídio de refeição e outros subsídios e abonos específicos, quando a negociação do clausulado justificava mais tempo, incluindo o anexo das carreiras.

Não se compreende esta pressa do Governo e da IP,SA, senão para levar as estruturas sindicais a assinar um instrumento de relações colectivas de trabalho que poderia ir mais longe na uniformização de direitos dentro da Empresa, como na contagem do tempo de serviço para efeitos das diuturnidades, ou em parte das remunerações previstas no ACT.

NESTE MOMENTO, O QUE IMPORTA TER PRESENTE

O Conselho de Administração da IP,SA, desvirtua a realidade que ele próprio conhece, porque disso foi informado no decorrer das negociações e procura precipitar a decisão dos trabalhadores do QPT.

Que fique esclarecido então o seguinte:

1. Encontra-se na Assembleia da República, para apreciação e votação, uma proposta de Lei, do Partido Ecologista Os Verdes, que prevê que os trabalhadores do QPT possam optar pela aplicação do Acordo Colectivo de Trabalho, sem renunciarem ao vínculo à Administração Pública. Neste momento, desconhecemos quando a proposta será discutida e votada.
2. Se a proposta de Lei for aprovada, os trabalhadores poderão fazer a opção pela aplicação do ACT. Na reunião de negociação de 27 de Março, perguntámos se estes trabalhadores não teriam direito à retroactividade a 1/01/2019, como os restantes, tendo em conta que não foram, nem são responsáveis pela inexistência de lei que lhes permitisse optar pelo Acordo. Os negociadores afirmaram que isso estava fora de questão. No mínimo é curiosa esta posição, quando ao longo das negociações sempre foi afirmado que o montante disponível para a aplicação do ACT, no valor de 2,6 milhões de euros, contemplava todos os trabalhadores do QPT e nos termos do acordo firmado em meados de 2018, a retroactividade a 1/01/2019 e estava contemplada. Das duas uma. Ou, ao longo das negociações, o que disseram não era verdade, ou no final deste processo de negociação, o Governo e o CA acabam por não gastar tudo o que inicialmente estava previsto.
3. Ao pressionar os trabalhadores do QPT a se desvincularem da Administração Pública, sem que estes tenham necessidade de o fazer, põem em causa o direito à estabilidade de emprego decorrente do vínculo específico que possuem, ao regime de aposentação da CGA e de protecção na doença (ADSE) e à possibilidade de recorrerem em qualquer altura, à mobilidade para outro serviço da Administração Pública.
4. A pressa do CA da IP é tão grande que já divulgou a intenção de lançar um “programa de conversão do contrato de trabalho em funções públicas para contrato individual de trabalho”, sem sequer pôr a hipótese de recorrer à cedência de interesse público, figura prevista no Decreto-Lei nº133/2013, de 3 de Outubro, diploma legal que estabelece os princípios e as regras aplicáveis ao sector público empresarial.
5. De acordo com este decreto-lei, os trabalhadores com vínculo à função pública poderão estar colocados nas empresas públicas (caso da IP,SA) sendo as suas relações de trabalho regidas, caso optem nesse sentido, pelo respectivo instrumento de relações colectivas de trabalho (ACT). Esta é, na realidade, uma segunda opção. **A desvinculação não é opção e não deve ser aceite pelos trabalhadores do QPT.**

PARA OS TRABALHADORES DA EX-EP,SA, COM CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO, NA ADESÃO AO ACT, “NEM TUDO SÃO ROSAS”

Na opinião da Federação, poder-se-ia ter ido mais longe na uniformização de direitos entre os trabalhadores do Contrato Individual de Trabalho, provenientes da ex-REFER e da ex-EP,SA, no clausulado do Acordo Colectivo de Trabalho.

Onde está a falta de uniformização:

- **Na contagem do tempo de serviço para efeitos de atribuição de diuturnidades.** Para os trabalhadores que até aqui não estavam abrangidos por instrumento de relações colectivas de trabalho, o tempo é contado somente a partir do mês da entrada em vigor do ACT.
- **Na discriminação dos trabalhadores que em 31 de Dezembro de 2014 não auferiam já, mais três dias de retribuição no subsídio de férias.** A estes, os três dias não são pagos.
- **No subsídio por irregularidade de horário que não é pago aos trabalhadores do sector rodoviário,** quando também aqui poderão haver situações idênticas às previstas para a ferrovia.
- **Na compensação pelo trabalho de emergência,** só previsto para a ferrovia, quando há trabalhadores do sector rodoviário que poderão estar sujeitos a iguais condições.

- **Na retribuição relativa a rondas em situações anómalas, designadamente intempéries e/ou avisos da protecção civil**, em que, mais uma vez, os trabalhadores do sector rodoviário ficam de fora.
- **Na atribuição do abono para falhas**, não consagrado para a generalidade dos trabalhadores responsáveis pelos fundos fixos de caixa, com excepção daqueles que prestam funções nos terminais ferroviários.
- **No direito ao abono por exercício de funções de Dono de Obra**, os trabalhadores com funções de dono de obra são excluídos, com excepção daqueles que pertencem aos Centros de Manutenção ferroviária.

Com isto, fica evidenciado que a uniformização de direitos que o CA da IP,SA anunciou ser seu objectivo na negociação do Acordo Colectivo de Trabalho, tem ainda muito caminho para fazer.

Em nosso entender, a adesão dos trabalhadores com contrato individual de trabalho celebrado com a Empresa, deve ser devidamente ponderada por estes e de acordo com as condições que estiverem fixadas no mesmo, quanto à remuneração base, à carreira profissional, à duração de trabalho, nomeadamente.

No caso dos trabalhadores sindicalizados nos Sindicatos da nossa Federação e dos não sindicalizados, considerando estes não ser vantajosa, no imediato, a adesão ao ACT, continua a aplicar-se-lhes o respectivo contrato individual de trabalho e o Código do Trabalho.

É PRECISO MELHORAR O ACT!

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais considera que o ACT que em breve será publicado, precisa de ser melhorado no que toca à uniformização de direitos, de modo a que não se verifiquem situações de discriminação, como as aqui mencionadas anteriormente.

Ainda no âmbito da uniformização de direitos, continuamos a fazer todos os esforços no sentido de obter a adequada medida legislativa que permita a aplicação do instrumento de relações colectivas de trabalho (neste caso, o ACT), aos trabalhadores do QPT.

Por outro lado, relativamente à duração de trabalho, o caminho é o da redução até às 35 horas semanais, pelo que, mais tarde ou mais cedo, a norma que prevê que os trabalhadores, com a promoção na carreira ou com a reclassificação para outra carreira, vejam aumentada a duração de trabalho para as 40 horas, seja retirada da cláusula 18ª, do ACT.

MANTÉM-TE INFORMADO E ORGANIZADO!

SE TENS DÚVIDAS, CONSULTA O TEU SINDICATO!

SE ÉS DO QPT OU CIT DA EX-EP,SA, INSCREVE-TE NO SINDICATO DA FUNÇÃO PÚBLICA DA TUA REGIÃO!



Coimbra, Abril de 2019

SINDICALIZA-TE  no STFPSCentro
vai a www.stfpcentro.pt - ficha de sindicalização

